



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N°32 | JUNHO 2022 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

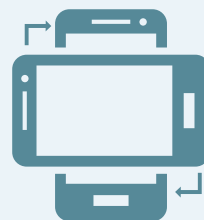
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Caarim inicia implantação do plano de gestão do território do rio Manicoré

10 Interior em Foco

- Lideranças indígenas e parceiros se reúnem para definir atuação e governança na área de influência da BR-319

13 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

18 Diálogos da BR-319

- Observatório BR-319 apresenta nota técnica sobre expansão de ramais em municípios ao sul da rodovia

20 Ciência

- Ciência e biodiversidade pela soberania e preservação das comunidades do rio Manicoré

22 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Esta edição é dedicada ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista Dom Philips, que assim como este observatório, reconheciam e defendiam o protagonismo dos povos da floresta para a conservação e desenvolvimento da Amazônia.

Eles foram mortos não por balas, mas pela negligência do Estado que consome todo tipo de vida na região desde sempre. Mas, o que os interessados em silenciar pessoas como eles, Chico Mendes, Dorothy Stang e Zé Cláudio e Maria, esquecem é que ideais não morrem e, quando tombam no solo da Amazônia, germinam, dando origem a centenas de outros Brunos e Doms, que fortalecem a resistência a luta dos povos da floresta.

Por falar nisso, o Destaque do Mês fala justamente sobre resistência e o exemplo que vem do rio Manicoré. A Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim) iniciou a instalação das placas de sinalização que demarcam o território. Além disso, está executando uma série de ações para a implantação do plano de gestão da área. A Caarim recebeu um reforço importante pelo Greenpeace Brasil, que levou uma expedição de cerca de um mês ao local para dar visibilidade à luta das comunidades. Você fica sabendo um pouco mais sobre essa ação na seção Ciência, no artigo da pesquisadora Fernanda Werneck, que gentilmente escreveu sobre a experiência para este informativo.

No Interior em Foco, damos mais detalhes sobre a reunião realizada na Terra Indígena Nove de Janeiro, para a qual o OBR-319 foi convida-

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR E DESMATAMENTO

do, a respeito dos impactos da BR-319 nos territórios e outras preocupações, como invasões e a construção da Usina Hidrelétrica Tabajara. O evento é importante, porque marca a retomada do diálogo presencial entre as organizações de base indígenas da área de influência da rodovia. Na seção Diálogos, falamos sobre a apresentação da nota técnica sobre a expansão de ramais, um dos problemas mais graves enfrentados pelos indígenas ao sul da BR-319.

Nos monitoramentos, as notícias são tristes: em abril, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram recorde de desmatamento para o mês, dos últimos 13 anos. No mesmo período, o estado de Rondônia apresentou aumento de 50% nos focos de calor. Mês após mês temos alertado sobre a gravidade desta situação. Por fim, não deixe de ler as últimas notícias sobre acontecimentos importantes no Minuto BR.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

*Comunidade às margens do rio
Manicoré.*

Caarim inicia implantação do plano de gestão do território do rio Manicoré

Desde o início de junho, a Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim) está executando uma série de ações para a implantação do plano de gestão do território do rio Manicoré.

Entre elas, estão a instalação de placas de sinalização dos limites do território, reuniões sobre a importância da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e o cadastramento dos moradores das 15 comunidades da área. Além disso, a Caarim também recebeu apoio de uma expedição do Greenpeace Brasil, organização membro do Observatório BR-319, que contou com a colaboração de cientistas de diversas áreas para a realização do inventário de biodiversidade do território, uma das partes mais caras e importantes do plano de gestão.

“Temos muitos parceiros e esse trabalho tem sido muito im-



Foto: Nilmar Lage / Greenpeace

portante, pois graças a eles estamos com diversas atividades em campo e conseguindo avançar com as nossas ações”, avaliou a presidenta da Caarim, Maria Cléia Delgado. “As pessoas veem a Caarim trabalhando e perguntam: de onde vocês conseguem

tanto recurso para fazer tudo isso? E a gente responde: são os nossos parceiros! Essa expedição vai contribuir muito para a consolidação da CDRU”, destacou Maria Cléia. Ela explicou que para a criação do plano de gestão do rio Manicoré, é necessário o cumprimento de um cronograma de atividades para a produção de informações que devem embasar o documento. “Talvez, ainda este ano, tenhamos uma primeira versão do plano”, revelou.

Além da segurança da regularização fundiária das comunidades, a CDRU também garante acesso a políticas públicas de financiamento de atividades sustentáveis, como agricultura familiar, turismo, pesca e extrativismo. Nisso, o rio Manicoré demonstra ter potencial, pois, hoje, a subsistência e a renda das comunidades são asseguradas pela produção agroextrativista, mas ainda existem muitas possibilidades de exploração de produtos da sociobiodiversidade.



Foto: Izabel Santos / OBR-319

Feijão produzido na comunidade Terra Preta.



Foto: Nilmar Lage / Greenpeace

“A produção no rio Manicoré não pára. No inverno, produzimos açaí, castanha e tucumã. No verão, produzimos farinha, mandioca, feijão, melancia e abobrinha. Fora copaíba, andiroba, banana, feijão e o pescado de espécies como jaraqui, matrinxã, sardinha e muito mais. Isso não só nos alimenta, como também gera um dinheiro a mais para as famílias”, explicou a presidenta da Caarim. A expectativa pelo acesso a recursos que possam incrementar essa produção é grande. “Com o acesso a benefícios vamos poder investir nas nossas produções, vamos poder produzir mais e com mais qualidade, tornar o nosso trabalho mais competitivo”, espera o presidente da comunidade Três Estrelas, André de Oliveira Mota.

Outras melhorias que respeitem o modo de vida das comunidades tradicionais também são aguardadas. “Precisamos de acesso à educação, à saúde e melhorias na estrutura das comunidades, que venham a suprir as necessidades reais dos moradores do rio Manicoré”, comentou o agricultor e agente de saúde Raimundo

Nonato de Vaz Lago, o Nato, da comunidade Bom Fim, vizinha à Três Estrelas. No dia em que o Observatório BR-319 conversou com Nato, ele estava trabalhando na instalação de postes de energia elétrica na sua comunidade, que pela primeira vez terá acesso ao serviço através do programa Luz para Todos.

O acesso à educação superior também é um dos anseios de Dinalva dos Reis, moradora da Terra Preta. Diariamente, ela faz o transporte de barco de estudantes de diversas comunidades para a escola na Três Estrelas. “Seria bom que os alunos que já terminaram o Ensino Médio tivessem acesso à internet, para poder dar continuidade aos estudos através da educação à distância. Eu sou uma das pessoas que têm interesse nisso. Meu sonho é fazer pedagogia ou outro curso ligado à agricultura, mas sem sair daqui”, revelou.



Foto: Izabel Santos / OBR-319

Nato do Bom Fim, é agricultor e agente de saúde.

Até o fim de junho, cerca de dez placas de sinalização demarcando o território de uso comum do rio Manicoré foram instaladas em terra firme, nas comunidades, e em árvores, às margens do rio Manicoré. A ação é importante para reprimir a ação de invasores e mostrar que se trata de terras ocupadas por populações tradicionais. A comunicação do Observatório BR-319 acompanhou a instalação de algumas dessas placas, uma delas na comunidade Três Estrelas. “A entrega destas placas significa muito para todos nós”, comemorou o presidente da comunidade. “Nós estávamos esquecidos e sem esperanças, mas, agora, com a assinatura da CDRU pelo governador, a gente sabe que a terra é nossa e isso dá um ânimo a mais. Não vamos mais abrir mão desta terra, porque ela é nossa”, falou ao Observatório BR-319 durante a cerimônia de instalação da placa.

RESPEITO

Por onde se anda no rio Manicoré é possível ver fartura. No alto dos barrancos ficam casas, grandes e de madeira, com fachadas voltadas para o rio, como que para contemplar as águas verdes escuras que correm entre as árvores. Ao redor das casas estão quintais agroflorestais, com hortas e pomares de pés de açaí, ingá, cacau, caju e até castanhais. A realidade contrasta com discurso realizado pelo governador do Amazonas, Wilson Lima, no dia 14 de junho em Manicoré. “Não faz sentido você deixar uma árvore em pé se o nosso povo está passando fome”, disse o governador. Na mesma ocasião, ele também assegurou

que lutará contra a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Manicoré: “Por isso, meus amigos, tem uma situação que está acontecendo lá no rio Manicoré. Tem gente dizendo, levantando a ideia, de que se vai criar uma reserva ali. Esqueça, que não há a menor possibilidade de isso acontecer. Eu vou lutar contra quem quiser fazer isso, vou até as últimas consequências”, disse sob aplausos.

As declarações do governador não abalaram o ânimo dos moradores do território com os quais o Observatório BR-319 conversou. “Ninguém está falando em criar Unidade de Conservação neste momento. Nosso foco é a consolidação da CDRU e a boa gestão do nosso território”, rebateu a presidente da Caarim, Maria Cléia. “A questão da fala do governador, eu vou levar como pura política”, disse o vice-presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade do Estirão (Aproface), Cristian Alfaia. “Quanto à Unidade de Conservação, eu acho que nenhum governador, prefeito ou vereador tem que discutir isso, pois quem tem que querer [a RDS] são os moradores do rio Manicoré”, avaliou. “Se nós acharmos que é viável, que é possível uma Unidade de Conservação, eu creio que devemos ser escutados com bons tons”, disse Alfaia.

SAIBA MAIS:



- ▶ Entenda a luta dos moradores do rio Manicoré pela criação de RDS

Nato do Bom Fim disse que não troca a vida que leva no rio Manicoré por nenhuma outra. “Num interiorzão desse aqui a gente come tudo natural, muita fruta e muito pescado, até caça a gente tem. Só que tudo aqui depende da natureza e tem um tempo que precisa ser respeitado. Tem época da produção da roça e tem a época da produção do extrativismo, tem época da mandioca, do açaí, da castanha e da copaíba, e por aí vai”, contou.

Nascida e criada em Manicoré, a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e articuladora da Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), Jolemia Chagas, avalia que os comentários do governador não devem interferir na luta dos moradores do rio Manicoré pela criação de uma Unidade de Conservação no local. “É um direito das populações tradicionais terem acesso à terra, independente da vontade do governador. Infelizmente, ainda existem pessoas desinformadas como o senhor Wilson Lima, que acabam por espalhar informações falsas sobre o modo de vida de populações tradicionais e as suas lutas”, disse Jolemia. “O governador do Amazonas precisa estudar mais sobre a diversidade amazônica para aprender a valorizar quem realmente produz e alimenta as pessoas que vivem nas cidades. São agroecossistemas como os que existem no rio Manicoré que colocam peixe, farinha e outros alimentos na mesa do consumidor, também são eles que promovem justiça social e distribuição de renda”, explicou a pesquisadora.

“Além disso, é importante entender o quanto o modo de

vidas das populações tradicionais traz autonomia a elas, que não são altamente dependentes do mercado por causa das atividades sustentáveis de manejo, extrativismo, coleta, pesca, entre outras. Mas é mais importante ainda entender que essa autonomia só é possível com a floresta em pé. E para que ela se mantenha, é necessário que o Estado faça a parte dele, assegurando a continuidade do modo de vida das populações tradicionais e combatendo atividades que as colocam em risco”, finalizou Jolemia.



Foto: Izabel Santos / OBR-319



Foto: Izabel Santos / OBR-319

CHOCOLATE ARTESANAL DO RIO MANICORÉ

Em um dos pontos mais altos da comunidade Terra Preta, onde o acesso pelo rio é íngreme e até intimidador para os desavisados, mora a agricultora e pescadora, Sebastiana Parente Batista. No quintal de casa ela colhe cacau e produz o chocolate caseiro mais perfumado da comunidade, que tem apreciadores do território até o município de Ji-Paraná, em Rondônia. Além de gerar renda, ele também alimenta a família de Sebastiana. “É a minha especialidade”, conta sorrindo. A receita é uma herança familiar. “Aprendi a fazer o chocolate com a minha mãe”, contou.

Sebastiana já morou quatro anos em Porto Velho (RO),

mas não se adaptou e regressou ao rio Manicoré, onde ela considera ter mais qualidade de vida e segurança para criar seus filhos. “Aqui eu tenho fartura, não fico gastando todo dia dinheiro. Na cidade a gente sai e tem que comprar pão. Aqui, a gente cozinha macaxeira e faz coxinha, frita e toma com café, chá ou chocolate. Também faz bolinho, mingau, tapioca”, garante. Sebastiana se considera uma pessoa rica pela vida no território. “Eu gosto da natureza, porque aqui é mais calmo. Quando eu vou para a cidade eu fico agoniada. Aqui eu vou para o mato, tiro uma lenha, vou para a beira do rio pescar de caniço, de malhadeira”, diz.

UNIÃO PELO RIO MANICORÉ

O território do rio Manicoré é o protagonista da expedição “Amazônia que Precisamos!”, promovida pelo Greenpeace Brasil e que conta com o engajamento de todos os escritórios internacionais da organização. Durante o mês de junho, cerca de cem profissionais, entre cientistas de diversas áreas e jornalistas, percorreram as comunidades do rio Manicoré realizando levantamentos de biodiversidade, nas áreas de fauna, flora e hidrologia, além de reportagens com os moradores locais, para dar visibilidade à luta pela defesa do território.

O representante do Greenpeace Brasil na Amazônia, Rômulo Batista, conta que a ideia de ir ao rio Manicoré foi amadurecida nos últimos dois anos. “A expedição do rio Manicoré já estava pronta para acontecer em 2020, mas, devido à pandemia, tivemos que adiar nossos planos”, revelou. “Mas tudo acontece na hora certa. Com a vacina, as condições sanitárias da pandemia se tornaram mais seguras, e a CDRU veio fortalecer a luta dos moradores do rio Manicoré. Tudo caminhou para que a expedição acontecesse agora”. Sobre a escolha do rio Manicoré para a expedição, Rômulo explica: “O fato de a Caarim ser ativa e engajada ajudou bastante na escolha do território para a campanha. A luta do rio Manicoré tem rostos e nomes organizados, tem personalidade jurídica constituída e tem relacionamento consolidado com seus parceiros”.

Biólogo por formação, Batista é um entusiasta das Uni-

dades de Conservação de Uso Sustentável. O gosto veio pela convivência com os amazônidas. “A Amazônia é linda e muito importante, mas o que a torna mais especial são os seus habitantes, as populações tradicionais e indígenas que vivem no chão da floresta”, disse. “A floresta é biodiversa e pujante, porque foi moldada pelas pessoas que a habitaram ao longo do tempo. Existem evidências científicas que comprovam que paisagens como os castanhais e buritizais só existem porque foram plantadas por populações que dominavam o manejo destas espécies. Trabalhar pela conservação do modo de vidas das populações tradicionais é a garantia da manutenção da floresta em pé”, acrescentou.

Segundo moradores do território, este é um dos pontos abertos na floresta para retirada de madeira.



Foto: Izabel Santos / OBR-319

MUDANÇA

TRECHO DO MEIO AGORA É DE RESPONSABILIDADE DO DNIT-RO

O governo federal transferiu para a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Transportes (Dnit) em Rondônia, a gestão do Trecho do Meio da BR-319. Isso quer dizer que a parte da rodovia localizada entre o KM 250,7 até o KM 740 será de responsabilidade do Dnit-RO, mesmo geograficamente localizada no estado do Amazonas. Segundo o Dnit, a medida tem o objetivo de “diminuir o tempo de deslocamento e otimizar as soluções às demandas relacionadas à BR-319” e acrescentou: “a mudança visa dar maior dinamismo aos trabalhos que necessitam ser realizados na rodovia neste momento, uma vez que as equipes do departamento em Rondônia estão localizadas em pontos mais próximos a esse segmento”.

Para o Observatório BR-319, a mudança pode fragilizar o processo de licenciamento das obras da rodovia, uma vez que órgãos envolvidos em ações importantes, como os do Sistema de Meio Ambiente, são estaduais e, portanto, de jurisdição amazônica. Além disso, deve-se levar em conta organizações indígenas sediadas no Amazonas. A situação pode precarizar o diálogo institucional entre os órgãos en-



Foto: Izabel Santos / OBR-319

volvidos e abrir margem para controvérsias e até questionamentos sobre a legalidade do procedimento. A mudança também abrange o modal aquaviário no rio Madeira.



Interior em Foco

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
TERRA PROTEGIDA
ACESSO INTERDITADO A PESSOAS ESTRANHAS
ARTIGO Nº 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ARTIGO Nº 18 § 1º LEI Nº 6001/73
ARTIGO Nº 161 DO CÓDIGO PENAL

Entrada da Aldeia Pupunha, na TI Nove de Janeiro.

Lideranças indígenas e parceiros se reúnem para definir atuação e governança na área de influência da BR-319

Lideranças indígenas de territórios dos rios Madeira e Purus se reuniram entre os dias 13 e 15 de junho em Humaitá (AM), no evento intitulado “Atuação e Governança das Organizações Indígenas no Âmbito da BR-319”, liderado pela Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (Opiam).

A programação aconteceu na Aldeia Pupunha, Terra Indígena (TI) Nove de Janeiro, com a presença de homens, mulheres, jovens e anciãos. Além da BR-319, também foram discutidos potenciais impactos da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara e outros desafios agravados pela pandemia e o Governo Bolsonaro.

Os convidados foram recepcionados pela cacica Rosângela Parintintin. “Esta é a primeira grande reunião que realizamos após o início da pandemia e é um evento muito importante devido à presença das diversas organizações de base mais a Coiab e parceiros”,



Reunião da Opiam.

destacou a liderança feminina. Os participantes falaram sobre a importância do apoio de organizações parceiras e da transparência nas ações do governo nos territórios indígenas.

“A TI Nove de Janeiro e a Ipixuna, ambas do povo Parintintin, e a Capanã Grande, dos Mura, são as mais afetadas pela BR-319.



Lago Pupunha, na Aldeia Pupunha.

Foto: Izabel Santos / OBR-319

Foto: Izabel Santos / OBR-319

Mas também tem várias outras. Estamos sofrendo com a BR-319, com a Tabajara e a BR-230, fora as invasões. Pedimos que a Coiab e os parceiros nos ajudem e juntem forças conosco para defender nossos direitos e nossos territórios”, disse o coordenador geral dos povos indígenas do Alto Madeira (Opiam), Antônio Enésio Tenharim. “Uma parte da TI Jiahui, sobreposta à Floresta Nacional de Humaitá, será afetada pela hidrelétrica Tabajara, a situação já foi relatada aos órgãos federais em Brasília, como a Funai, mas não tiveram retorno até agora”, acrescentou a liderança Elda Diarroi.

O evento também contou com a realização da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), e teve a presença do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam). As organizações esclareceram pontos do processo de licenciamento das obras da BR-319 e falaram sobre medidas importantes para impedir o avanço de ações predatórias nos territórios.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

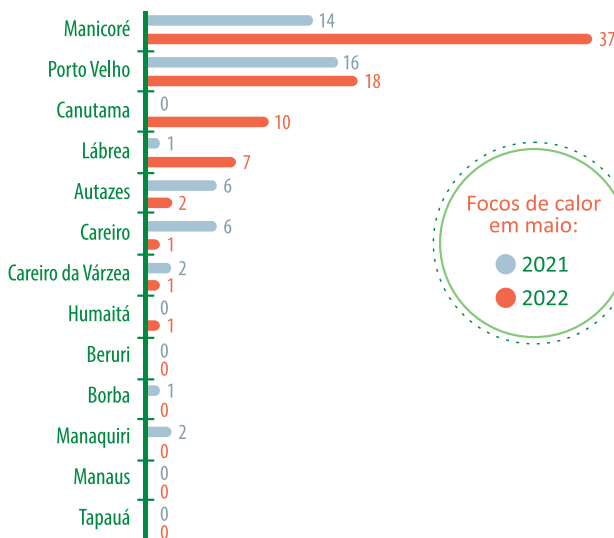
Em maio, as quatro regiões analisadas pelo Observatório BR-319 (OBR-319) – Amazônia Legal, Amazonas, Rondônia e municípios da BR-319 – bateram recorde de focos de calor para o mês, considerando a série histórica que se inicia em 2010. Os aumentos em relação a maio de 2021 foram de 68%, 80%, 49% e 60%, respectivamente.

NOVOS RECORDES PARA OS MUNICÍPIOS DO SUL

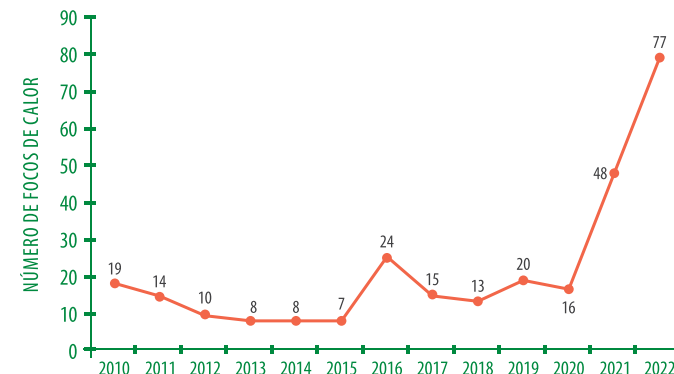
Quatro municípios localizados ao sul da BR-319 bateram recorde de focos de calor em maio: Manicoré, que apresentou o maior número de focos do mês, seguido por Porto Velho, Canutama e Lábrea. Por outro lado, não foram detectados focos de calor em cinco municípios, com destaque para Manaus, que segue sem registros de focos de calor para o mês de maio, desde 2010.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2021

↑
AUMENTOU
🔥🔥🔥

- Lábrea (600%)
- Canutama (de zero para 10 focos)
- Manicoré (164%)
- Humaitá (de zero para 1 foco)
- Porto Velho (13%)

↓
DIMINUIU
🔥🔥

- Borba (100%)
- Autazes (67%)
- Manaquiri (100%)
- Careiro da Várzea (50%)
- Careiro (83%)

✓
FOCOS DE CALOR ZERO EM MAIO/2022
🔥

- Beruri
- Manaus
- Borba
- Tapauá
- Manaquiri



RECORDES TAMBÉM EM ÁREAS PROTEGIDAS

Três Unidades de Conservação (UC) apresentaram focos de calor em maio. O ranking foi liderado pelo Parna dos Campos Amazônicos, com 11 focos (recorde da série histórica para maio), e seguido pela Fers do Rio Madeira (B), com dois focos, e pelo Parna Mapinguari, com um foco. Essa foi a primeira detecção para o mês de maio nas duas últimas UCs listadas acima.

Já em relação as Terras Indígenas (TIs) da região da BR-319, duas apresentaram focos de calor. A TI Tenharim/Marmelos apresentou recorde para o mês de maio, com 29 focos de calor, e na Murutinga/Tracajá foi detectado um foco.

3% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

7% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

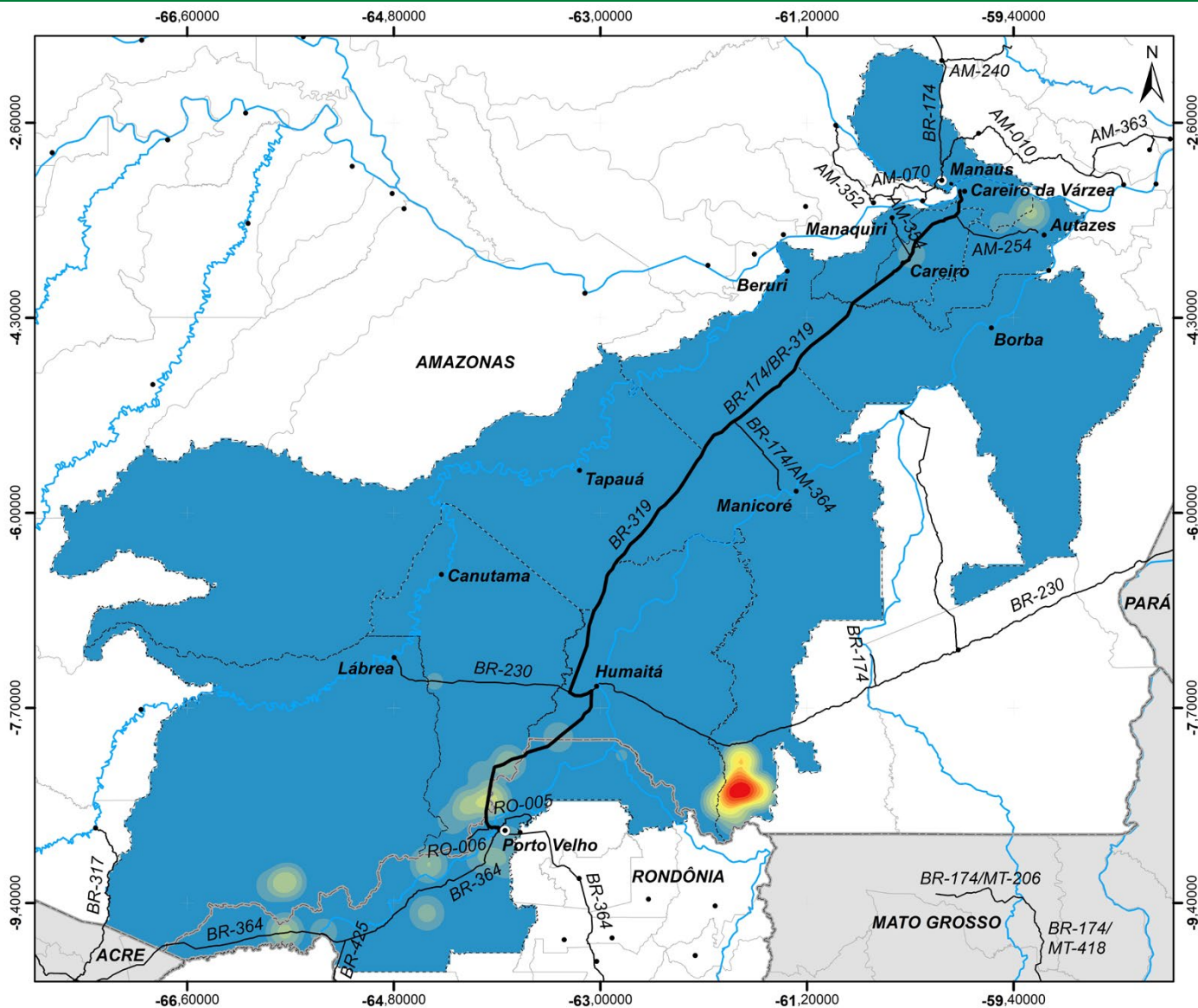
 LISTA DE TIs MONITORADAS

 LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Maio 2022





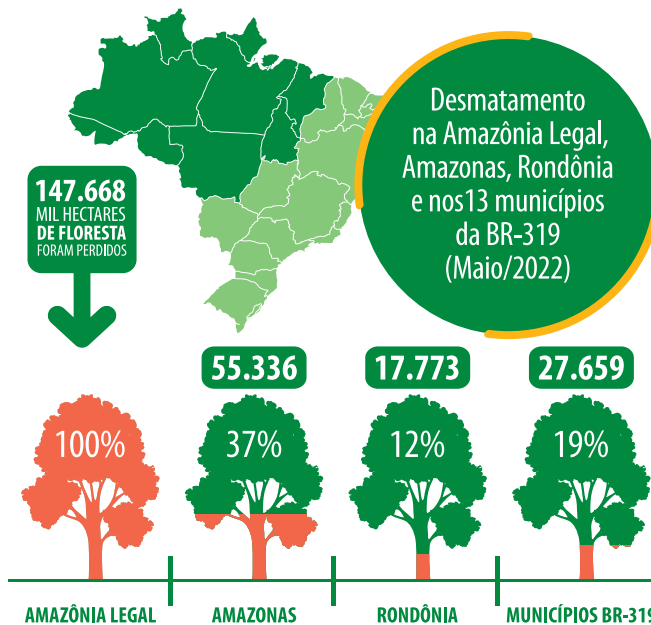
Monitoramento de Desmatamento

Em maio, tanto a Amazônia Legal, quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram recorde de desmatamento para o mês, considerando a série histórica (2010-2022). Os aumentos em comparação a maio de 2021 foram de 31%, 110%, 30% e 40%, respectivamente. Nesse mês, o Amazonas liderou o desmatamento entre os estados da Amazônia Legal.

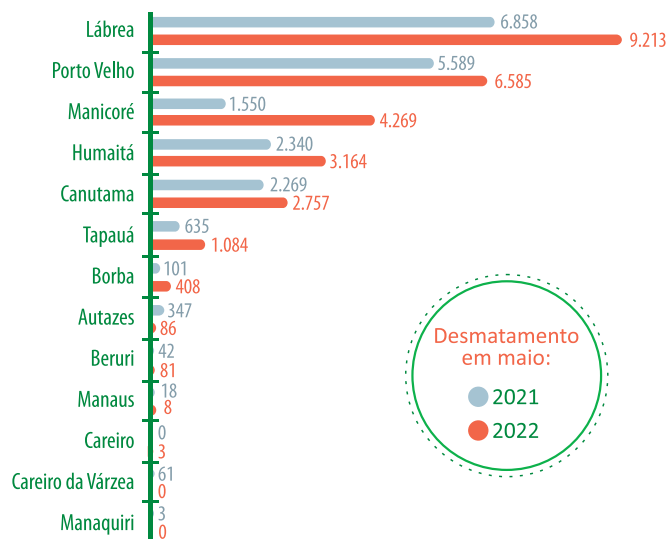
OITO MUNICÍPIOS DA BR-319 BATEM RECORDE DE DESMATAMENTO EM MAIO DOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Lábrea, Porto Velho, Manicoré, Humaitá, Canutama, Tapauá, Borba e Beruri apresentaram seus maiores valores de desmatamento da série histórica para o mês de maio. O desmatamento foi liderado por Lábrea, que também foi o terceiro município que mais desmatou entre todos da Amazônia Legal. Porto Velho e Manicoré também apareceram nessa lista, em 6º e 10º lugar.

Quatro municípios apresentaram queda em relação a maio de 2021, com destaque para Careiro da Várzea a Manaquiri, que apresentaram desmatamento zero.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2021



AUMENTOU

- Careiro (de 0 para 2,76 ha)
- Borba (303%)*
- Manicoré (175%)*
- Beruri (93%)*
- Tapauá (71%)*
- Humaitá (35%)*
- Lábrea (34%)*
- Canutama (22%)*
- Porto Velho (18%)*



DIMINUIU

- Careiro da Várzea (100%)
- Manaquiri (100%)
- Autazes (75%)
- Manaus (57%)

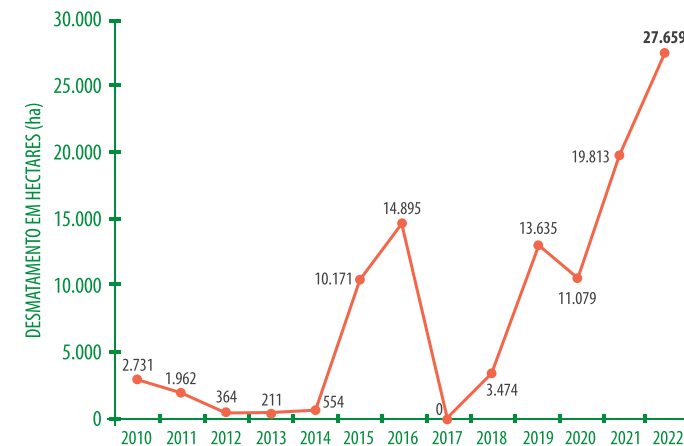


DESMATAMENTO ZERO EM MAIO/2022

- Careiro da Várzea
- Manaquiri

* municípios que apresentaram recorde de desmatamento em maio, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2022)





Diálogos da BR-319

Foto: Acervo / Idesam

Observatório BR-319 apresenta nota técnica sobre expansão de ramais em municípios ao sul da rodovia

Em cinco anos, abertura de ramais na área de influência da BR-319 cresceu quase o dobro do tamanho da rodovia.

A conclusão está na nota técnica “Abertura e expansão de ramais em quatro municípios sob influência da rodovia BR-319”, publicada pelo OBR-319 em maio, e apresentada na reunião de Governança do Trecho do Meio em 03 de junho. Segundo a coordenadora da publicação, Paula Guarido, um dos reflexos mais preocupantes da situação é o aumento da pressão em Áreas Protegidas na área de influência da rodovia.

“Cinquenta e cinco por cento dos ramais mapeados nos municípios analisados estão dentro de florestas públicas não destinadas, totalizando 2.609 quilômetros”, destacou Paula. “Dentre as categorias fundiárias, Imóveis Privados, foi a que concentrou a maior parte dos ramais mapeados em Canutama, Humaitá e Tapauá”, acrescentou. “Já em Manicoré, a maior parte dos ramais estão em Terras Indígenas, na região de influência do distrito de Santo Antônio do Matupi”, disse durante a apresentação.

O diretor da WCS Brasil, Carlos Durigan, destacou que é necessário agir com urgência para combater a expansão de ocupa-



Igarape tombado no Ramal AM-366.

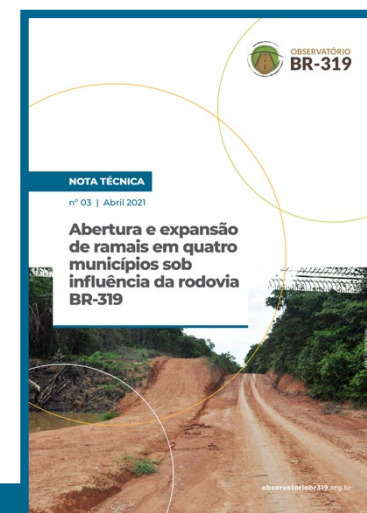
Foto: Cristie Sicsu

ções criminosas e ilegais de terras públicas. “Nós estamos vendo que simplesmente as coisas estão acontecendo, temos inclusive ramais ilegais, sem nenhum tipo de licença ou legalidade, sendo abertos em Áreas Protegidas, ou áreas públicas. Abrindo caminho para a destruição de boa parte da Amazônia, pois esse processo afeta de maneira negativa a região”, disse.

O OBR-319 identificou o acréscimo de 1.108 quilômetros

(km) na rede de ramais localizada na área de influência direta da BR-319 entre 2016 e 2021 nos municípios de Canutama, Humaitá, Manicoré e Tapauá, no sul do Amazonas. As informações completas estão na nota técnica. Como resposta aos dados do estudo, o titular da Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, Alex Garcia, disse que, no mês de julho, existia a previsão de realização de uma vistoria pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Clique e Baixe o PDF





As pesquisas de herpetofauna identificaram mais de 75 espécies de sapos, cobras e lagartos no rio Manicoré.

Ciência

Ciência e biodiversidade pela soberania e preservação das comunidades do rio Manicoré

Por **Fernanda Werneck**

A região do rio Manicoré é muito única devido à diversidade de ambientes do local, que reúne floresta de terra firme, igapó, várzea, campinas e campinaranas em uma mesma área.

Assim, é uma região em que diferentes espécies de anfíbios e répteis são encontradas ao longo de uma mesma trilha aberta na floresta. Isso acontece, porque o rio Manicoré está localizado em uma região próxima à zona de contato entre a Amazônia e o Cerrado. Infelizmente, também está na fronteira de expansão do Arco do Desmatamento e ameaçado por diversas outras pressões sobre o ambiente. Portanto é uma região extremamente relevante para a conservação sustentável da biodiversidade, e a criação de uma



Fernanda Werneck pesquisa cobras, lagartos e anfíbios.

Foto: Nilmar Lage / Greenpeace

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) será um exemplo emblemático de como fazer isso unindo os diversos setores da sociedade civil, cientistas, ambientalistas e comunidades tradicionais.

Eu e minha equipe viemos ao rio Manicoré com o objetivo de realizar o inventário da herpetofauna, que reúne anfíbios e répteis, para responder perguntas como: quantas e quais espécies existem no rio Manicoré e onde ocorrem?

Em 15 dias, identificamos mais de 75 espécies das principais famílias de lagartos, serpentes e anfíbios que esperávamos para a região. Considero um número bastante representativo, mas ainda subestimado, pois conduzimos um levantamento rápido e no verão amazônico. Nossos resultados mostram que as florestas do rio Manicoré são ricas e diversas e devem ser conservadas.

Também tenho que citar que nossa experiência foi muito rica devido ao contato com os seus moradores, que detêm um conhecimento enorme sobre o território. Não é sempre que temos a oportunidade de fazer trocas de informações e conhecimentos de forma tão direta com as comunidades tradicionais. Moradores do território nos acompanharam em diversas idas à floresta, de noite e de dia, e nos ensinaram como eles chamam os bichos, que é diferente em outras regiões na Amazônia, aonde os animais são encontrados e outras informações que só quem mora no local pode ter.

Esse trabalho que fizemos no rio Manicoré não foi apenas para inventariar animais, mas para apoiar as comunidades do território no seu pleito, de reconhecimento da área como uma RDS. Fizemos a pesquisa para apoiar uma causa que vai se reverter não só na preservação da biodiversidade de todo o bioma amazônico, mas na soberania e preservação das comunidades que vivem, amam e dependem de todas as espécies existentes no território.

Fernanda Werneck é pesquisadora, Curadora da Coleção de Anfíbios e Répteis e Coordenadora do Programa de Coleções Científicas e Biológicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Esteve com sua equipe no rio Manicoré na expedição **Amazônia que Precisamos** a convite do Greenpeace Brasil.



Minuto BR



Luto



Morreu no dia 23 de junho o tuxaua da Aldeia Kamaywá, Terra Indígena Lago do Jauarí, João Bento dos Santos, do povo Munduruku. Segundo o jovem comunicador indígena, Saarym Bitencourth, João Bento foi um dos fundadores da aldeia. “Era um senhor que gostava de batalhar, que amava viver a vida, acreditando que um dia bem próximo chegaria a sua hora de partir daqui pra um lugar melhor. Sua história foi de batalha! Era um homem querido por todos, onde chegava expandia a alegria de um senhor que gostava de contar as histórias”, contou. O OBR-319 se solidariza com a perda da comunidade.

Regularização



Duas Unidades de Conservação dentro da área de influência da BR-319 foram contempladas com CDRUs em junho: a RDS Rio Amapá e a Resex Canutama. O documento assegura a regularização fundiária das comunidades existentes nos territórios e garante a comprovação do exercício de atividades sustentáveis, como agricultura familiar, turismo, pesca e extrativismo, para fins previdenciários.

Pioneirismo



A Associação dos Agropecuários de Beruri (Assoab) é a primeira entidade de base comunitária de processamento de castanha-da-amazônia a receber o Cadastro Geral de Classificação, importante licença voltada a produtos de origem vegetal. Com a certificação, a Assoab poderá exportar as castanhas coletadas por seus associados. “Essa foi uma conquista enorme para nós que somos uma associação de base comunitária. Ela foi fruto de três anos de trabalho árduo, com muita gente envolvida. A certificação gera a possibilidade de buscar mais mercados, inclusive lá fora, trazendo benefícios aos nossos extrativistas”, comemorou Sandra Amud, presidente da associação.

Denúncia



O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) **denúncias de violações ao território de comunidades tradicionais do rio Manicoré**. A medida aconteceu após o OBR-319 enviar ao órgão federal um relatório sobre quase mil hectares de floresta desmatados dentro da área da CDRU. Entre as atividades relatadas, estão a exploração ilegal de madeira, o loteamento ilegal de terras, o desmatamento não autorizado e a abertura de ramais nas imediações, além de episódios de ameaças à população local.



Foto: Marta Pereira/Ceclida

Símbolo



O rio Manicoré terá como símbolo a flor *Eperua oleifera*, popularmente chamada de “copaíba jacaré” pelos moradores do território. A escolha da flor teve a colaboração da botânica Marta Pereira, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que esteve com sua equipe na região a convite do Greenpeace Brasil para realizar parte do inventário de flora do território. A flor pode ser vista ao longo do rio em árvores altas, cuja seiva é mais espessa que a da copaíba que conhecemos, e é usada pelos moradores para calafetar canoas.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam), Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)
e Tayane Carvalho (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption



GREENPEACE

